



Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.

CNPJ 75.063.164/0001-67

Curitiba - PR

**Informações Intermediárias do Período Findo
em 31 de março de 2022**



Relatório de Revisão de Informações Intermediárias

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros do
CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.** (Companhia) em 31 de março de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias (NBC TR 2410) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias

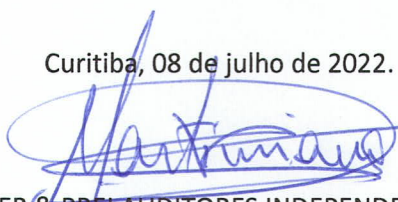
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

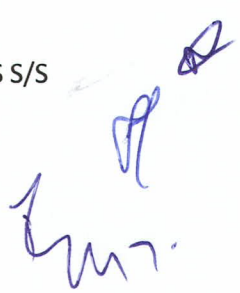
Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós auditadas com parecer, sem modificação, datado em 16 de março de 2022.

Curitiba, 08 de julho de 2022.


MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
VALDAIR MARTIMIANO
Contador CRC-PR Nº 042.482/O-7





Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

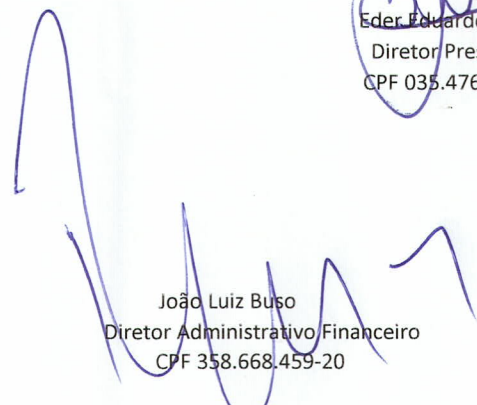
Balanco Patrimonial

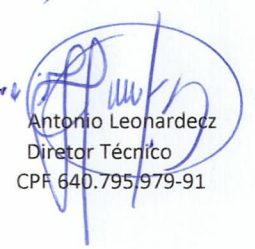
Ativo

		Em Milhares de Reais	
		31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
	Nota		
Circulante		33.384	31.111
Disponibilidades		25.834	18.863
Bancos Conta Movimento	4	2.936	3.575
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4	22.898	15.288
Direitos Realizáveis		7.459	12.177
Contas a Receber de Clientes	5	7.160	11.922
Tributos a Recuperar		57	57
Estoques		45	28
Outros Direitos Realizáveis	6	197	170
Despesas do Exercício Seguinte		91	71
Não Circulante		179.396	179.247
Realizável a Longo Prazo		3.437	3.116
Contas a Receber de Clientes	5	358	-
Depósitos Judiciais	7	2.039	2.016
Direito de Uso de Ativos	8	1.040	1.100
Investimentos		128	128
Imobilizado Próprio de Uso	9	175.831	176.003
Total do Ativo		212.780	210.358


Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00


Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20


João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20


Antonio Leonardez
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91


João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/06
CPF 076.961.619-00



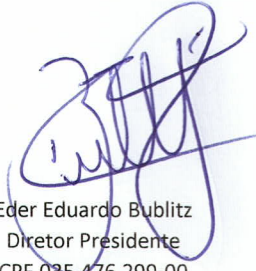
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

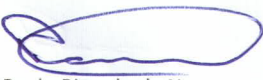
Curitiba - PR

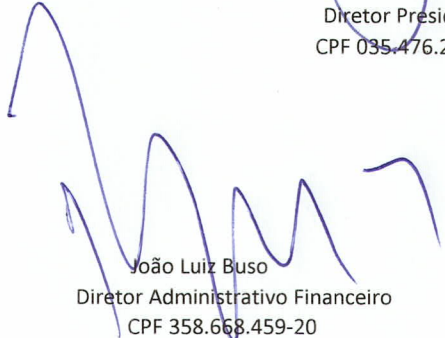
Balanço Patrimonial

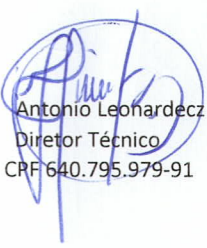
Passivo e Patrimônio Líquido

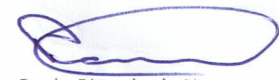
		Em Milhares de Reais	
		31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
	Nota		
Circulante		13.775	12.817
Fornecedores	10	2.523	1.359
Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.585	2.245
Provisão de Férias e Encargos	12	1.234	1.204
Provisão para Contingências	13	4.547	4.304
Dividendos Propostos	14	1.661	1.661
Outras Obrigações	15	2.045	1.804
Passivo de Arrendamento	16	180	240
Não Circulante		59.694	59.790
Passivo de Arrendamento	16	860	860
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	17	9.758	9.758
Tributos Diferidos Passivos	18	49.076	49.172
Patrimônio Líquido		139.311	137.751
Capital Social Realizado	19	31.114	31.114
Reservas de Lucros	19	12.933	11.186
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	95.264	95.451
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		212.780	210.358


Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00


Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20


João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20


Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91


João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00



Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

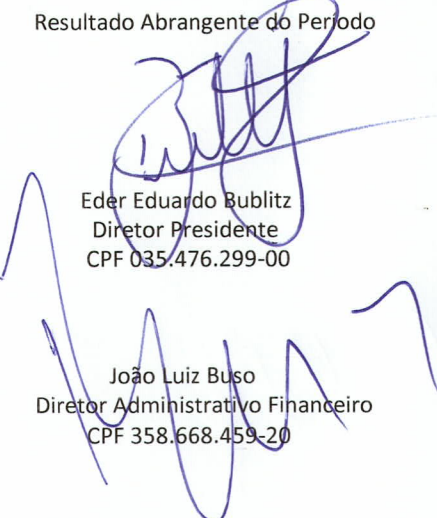
Curitiba - PR

Demonstração do Resultado do Exercício

		01/jan./22 a 31/mar./22	01/jan./21 a 31/mar./21
	Nota		
Receita Líquida	20	8.035	6.340
Despesas/Receitas Operacionais		(6.261)	(6.522)
Gerais e Administrativas	21	(5.078)	(5.570)
Remuneração e Encargos dos Administradores	22	(327)	(266)
Depreciação e Amortização	9	(865)	(781)
Outras Receitas Operacionais	23	9	95
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras		1.774	(182)
Despesas Financeiras	24	(30)	(43)
Receitas Financeiras	24	699	129
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.443	(96)
Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	25	(979)	(777)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	26	96	116
Lucro/(Prejuízo) do Período		1.560	(757)
Lucro/(Prejuízo) por Ação - R\$ 1,00		0,05	(0,02)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	01/jan./22 a 31/mar./22	01/jan./21 a 31/mar./21
Lucro Líquido do Período	1.560	(757)
Movimentação do Período	-	-
Resultado Abrangente do Período	1.560	(757)


Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00

João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20


Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20


Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91

João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00



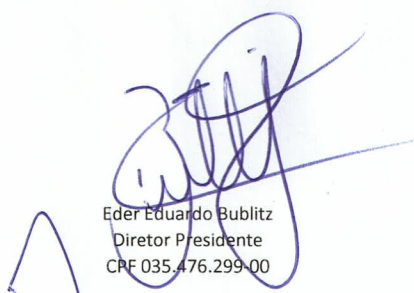
Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

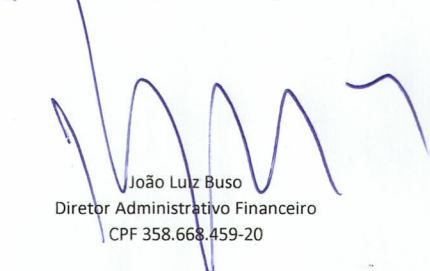
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

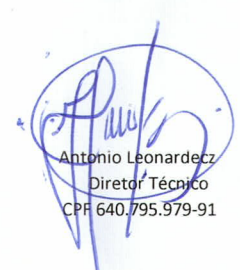
Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucros para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2021	31.114	1.073	2.180	167	96.356	-	130.890
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado							
Realização da mais valia - Depreciação					(1.371)	1.371	-
Reversão de tributos diferidos					466	(466)	-
Lucro líquido do período						7.653	7.653
Constituição da reserva legal - 5%		383				(383)	-
Constituição da reserva estatutária - 10%			765			(765)	-
Constituição da reserva expansão - 10%			765			(765)	-
Constituição de reserva especial de lucros-Reversão Dividendos (52ª AGO)						869	869
Dividendos propostos						(1.661)	(1.661)
Transferência para reserva de lucros				5.853		(5.853)	
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2021	31.114	1.456	3.710	6.020	95.451	-	137.751
Ajustes Adoção CPC 27 Imobilizado							
Realização da mais valia - Depreciação					(283)	283	-
Reversão de tributos diferidos					96	(96)	-
Lucro líquido do período						1.560	1.560
Transferência para reserva de lucros				1.747		(1.747)	-
Saldos Finais em 31 de março de 2022	31.114	1.456	3.710	7.767	95.264	-	139.311


Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00


Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20


João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20


Antonio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91


João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00

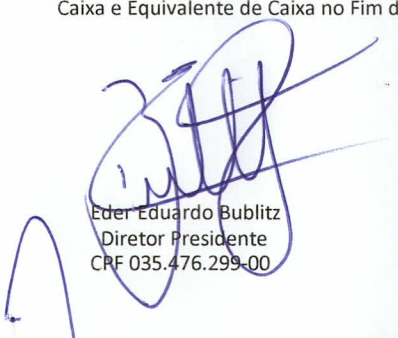


Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. - CEASA-PR

Curitiba - PR

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Método Indireto**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./22 a 31/mar./22	01/jan./21 a 31/mar./21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.443	(96)
Ajustes por:		
Provisão para Férias e Encargos	30	103
Provisão para Contingências	243	(6)
Depreciações e Amortizações	865	781
Lucro Ajustado	3.581	782
IR e CS Pagos	(979)	(777)
(Aumento) Diminuição nos Ativos Operacionais		
Clientes	4.404	5.832
Tributos a Recuperar	-	17
Estoques	(17)	(18)
Outros Direitos Realizáveis	(27)	(54)
Despesas do Exercício Seguinte	(20)	(35)
Depósitos Judiciais	(23)	22
Direitos de uso de ativos	60	19
Aumento (Diminuição) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	1.164	1.256
Obrigações Sociais e Fiscais	(660)	(1.772)
Outros Obrigações	181	213
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	7.664	5.485
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	(693)	(1.188)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(693)	(1.188)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	6.971	4.297
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	18.863	10.515
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	25.834	14.812


Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente
CPF 035.476.299-00


João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20


Antonio Leonadecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91


Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20


João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00

Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.

Curitiba – PR

Notas Explicativas às Informações Intermediárias do Período Findo em

31 de março de 2022

(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

As informações intermediárias foram aprovadas pela Administração da Companhia em 08 de julho de 2022.

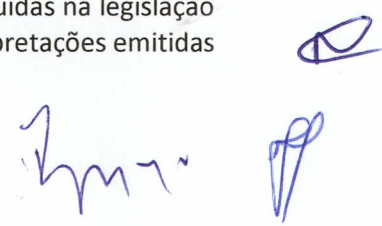
Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As informações intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.



As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de informações intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa (nota explicativa “4”), nessa classificação.

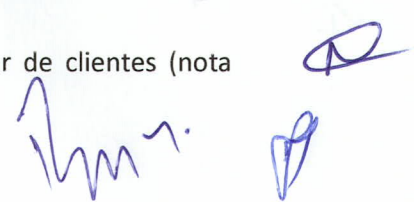
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui contas a receber de clientes (nota explicativa “5”), nessa classificação.



- Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de março de 2022, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "10").

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos/(perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

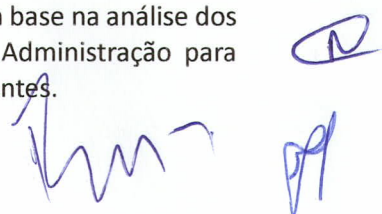
2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para crédito liquidação duvidosa "PCLD" constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.



2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS passivo diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000, baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

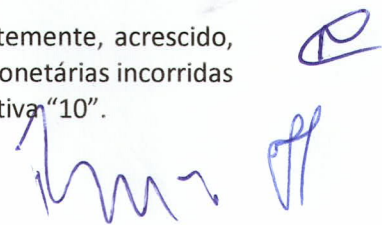
2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.

2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "10".



2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

A Companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, protocolado físico nº 8002075-9 e digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa "17".

2.12. Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

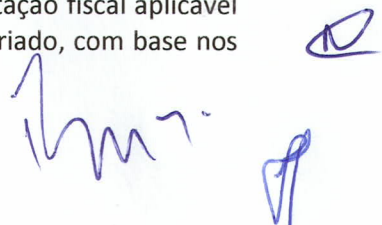
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "13".

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.



O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Lucro Presumido.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.

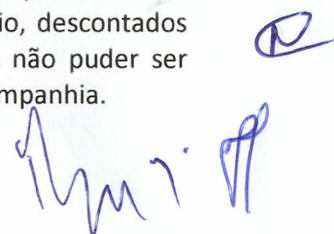
2.15. CPC 06 (R2)/IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A Companhia realizou o levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Está reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.



Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental a Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

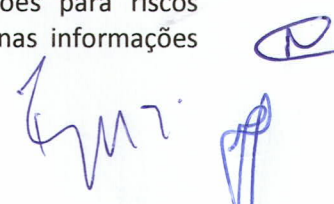
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "13".

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.



Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Recursos em Bancos Conta Movimento	2.936	3.575
Aplicações de Liquidação Imediata	22.898	15.288
	<u>25.834</u>	<u>18.863</u>

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

	31 de Março de 2022		31 de Dezembro de 2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes Permissionários	6.697	-	10.688	-
Créditos com Permissionários	1.469	-	2.240	-
Créditos Judiciais de Clientes	-	8.625	-	8.267
(-) PCLD	(1.006)	(8.267)	(1.006)	(8.267)
	<u>7.160</u>	<u>358</u>	<u>11.922</u>	<u>-</u>

Em 2021 a Companhia realizou o levantamento de informações referente a credores duvidosos e para a data base 31 de março de 2022 decidiu manter a provisão contábil, totalizando o saldo de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD no circulante de R\$ 1.006 e R\$ 8.267 no não circulante.

Nota 6. Outros Direitos Realizáveis

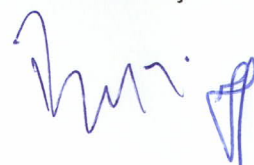
	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Antecipação de 13º Salário	67	-
Antecipações de Férias	70	50
Adiantamentos para Viagens	-	-
Aluguéis	60	120
	<u>197</u>	<u>170</u>

Nota 7. Depósitos Judiciais

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Depósitos Judiciais	2.039	2.016
	<u>2.039</u>	<u>2.016</u>

Depósitos judiciais correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. Os valores são corrigidos, na sua maioria, pela Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

No período findo em 31 de março de 2022, quando comparado a 31 de dezembro de 2021, houve um aumento de R\$ 23 mil referente a novos depósitos relacionados a ações cíveis e/ ou trabalhistas.



Nota 8. Direito de Uso de Ativos

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Imóveis Alugados	1040	1100
	<u>1.040</u>	<u>1.100</u>

A Companhia possui um segundo contrato de locação, com a empresa Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Silva Jardim, nº 303, Rebouças – Curitiba/PR. O contrato nº 16.554.230-4, de 21/08/2020, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de R\$ 20 mil a serem pagos pela CEASA para a empresa durante todo prazo do contrato, qual possui vigência de 60 meses, a contar a partir de agosto de 2021.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de ativos corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel mínimo previsto nos contratos, descontados a valor presente pelas taxas projetadas e prazos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas.

Portanto, em 31 de março de 2022 o ativo de direito de uso representa R\$ 1.040, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 180 no passivo circulante e R\$ 860 no passivo não circulante.

Nota 9. Imobilizado

Movimentação do Imobilizado ocorrida no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de março de 2022:

			31 de Março 2022	31 de Dezembro 2021
Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.241	-	110.241	110.241
Edificações	87.674	(25.731)	61.943	62.294
Instalações	2.584	(855)	1.729	1.734
Móveis e Utensílios	1.474	(994)	480	461
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	2.098	(1.540)	558	487
Veículos	1.841	(1.103)	738	776
Aparelhos de Telecomunicação	69	(60)	9	9
Outras Imobilizações	1	-	1	1
Softwares e Processamento	-	-	-	-
Obras em Andamento	132	-	132	-
Total	206.114	(30.283)	175.831	176.003

	31 de Dezembro 2021	Adições	Baixas	Depreciações	31 de Março 2022
Imobilizado					
Terrenos	110.241	-	-	-	110.241
Edificações	62.294	368	-	(719)	61.943
Instalações	1.734	58	-	(63)	1.729
Móveis e Utensílios	461	36	-	(17)	480
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	487	99	-	(28)	558
Veículos	776	-	-	(38)	738
Aparelhos de Telecomunicação	9	-	-	-	9
Outras Imobilizações	1	-	-	-	1
Softwares e Processamento	-	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	132	-	-	132
Total	176.003	693	-	(865)	175.831

Nota 10. Fornecedores

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Fornecedores de Serviços	2.523	1.359
	<u>2.523</u>	<u>1.359</u>

Nota 11. Obrigações Fiscais e Sociais

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Obrigações Sociais		
FGTS S/Folha de Pagamento	-	-
INSS s/Folha de Pagamento	404	395
IRRF s/Folha	(96)	(90)
Obrigações Fiscais		
IRPJ - Balancete Suspensão Redução	715	1.185
CSLL - Balancete Suspensão Redução	261	445
PIS	15	23
COFINS	68	105
Imposto de Renda de Terceiros	11	9
Seguridade Social	132	98
ISS	27	38
PIS/COFINS/CSLL Retidos	48	37
	<u>1.585</u>	<u>2.245</u>



Nota 12. Provisões para Férias e Encargos

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Provisão de Férias	912	891
Provisão INSS s/Férias	249	243
Provisão FGTS s/ Férias	73	70
	<u>1.234</u>	<u>1.204</u>

Nota 13. Provisão para Contingências

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Provisão para Contingências Cíveis	1.444	1.443
Provisão para Contingências Trabalhistas	3.103	2.861
	<u>4.547</u>	<u>4.304</u>

Cíveis - A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações, de natureza cível, que representavam, em 31 de março de 2022, o montante indicado com o passivo contingente referente a essas questões. Não há nenhuma ação individual de valor significativo.

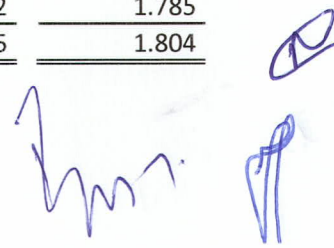
Trabalhistas - A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Nota 14. Dividendos Propostos

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Dividendos Propostos	1.661	1.661
	<u>1.661</u>	<u>1.661</u>

Nota 15. Outras Obrigações

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Débitos com Terceiros	23	19
Fundo de Reserva	2.022	1.785
	<u>2.045</u>	<u>1.804</u>



Nota 16. Obrigações com Arrendamento Mercantil - IFRS 16

Em 31 de março de 2022 o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 180 no passivo circulante, e R\$ 860 no passivo não circulante.

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Curto Prazo		
Obrigação com Aluguéis	180	240
Longo Prazo		
Obrigação com Aluguéis	860	860
	<u>1.040</u>	<u>1.100</u>

Nota 17. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

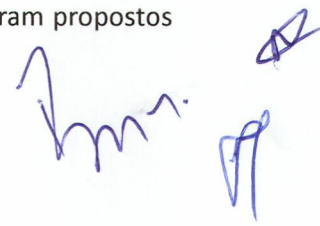
	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Governo do Estado do Paraná	9.758	9.758
	<u>9.758</u>	<u>9.758</u>

Nota 18. Tributos Diferidos

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
IRPJ - Diferido	36.085	36.156
CSLL - Diferida	12.991	13.016
	<u>49.076</u>	<u>49.172</u>

Nota 19. Patrimônio Líquido

- a) O capital social está representado por 31.114.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 31.114.102,00, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país.
- b) Reserva de lucros: O saldo restante da conta de lucros acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado à reservas de lucros a disposição dos acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- c) Dividendos propostos: No decorrer do 1º trimestre de 2022, não foram propostos dividendos aos acionistas.



d) Lucro/(prejuízo) por ação: O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações:

	31 de Março de 2022	31 de Dezembro de 2021
Lucro/(Prejuízo) Atribuível aos Acionistas	1.560	(757)
Quantidade de Ações de Capital	31.114	31.114
Lucro/(Prejuízo) Básico por Ações	0,05	(0,02)

Nota 20. Receitas e Deduções

	31 de Março de 2022	31 de Março de 2021
Prestação de Serviços Mercado Interno	8.339	6.580
Deduções da Receita Bruta	(304)	(240)
	8.035	6.340

Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas

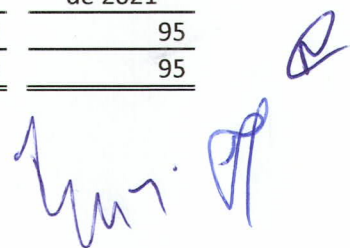
	31 de Março de 2022	31 de Março de 2021
Despesas com Pessoal	(1.234)	(1.104)
Ocupação	(60)	(100)
Utilidades e Serviços	(1.794)	(2.734)
Despesas Gerais	(668)	(834)
Impostos e Taxas	(1.080)	(798)
Despesas Com Provisões	(242)	-
	(5.078)	(5.570)

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes

No período de 01/jan./22 a 31/mar./22 a remuneração com dirigentes representa R\$ 327 e R\$ 266 no mesmo período do ano 2021.

Nota 23. Outras Receitas Operacionais

	31 de Março de 2022	31 de Março de 2021
Recuperações e Reversões de Despesas	9	95
	9	95



Nota 24. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de Março de 2022	31 de Março de 2021
Receitas Financeiras		
Multas Contratuais	49	28
Juros Ativos	154	71
Rendas Títulos e Valores	496	30
Descontos Obtidos	-	-
Atualização Monetária Ativa	-	-
	<u>699</u>	<u>129</u>
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(14)	(22)
Juros Passivos	-	(19)
IOF	(16)	(2)
	<u>(30)</u>	<u>(43)</u>
	<u>669</u>	<u>86</u>

Nota 25. IRPJ e CSLL Corrente

	31 de Março de 2022	31 de Março de 2021
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(718)	(570)
Contribuição Social Lucro Líquido	(261)	(207)
	<u>(979)</u>	<u>(777)</u>

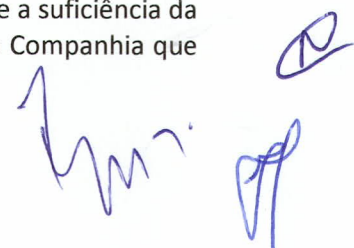
Nota 26. IRPJ e CSLL Diferido

	31 de Março de 2022	31 de Março de 2021
Imposto de Renda Diferido	70	85
Contribuição Social Diferida	26	31
	<u>96</u>	<u>116</u>

Nota 27. Seguros (Não Auditados)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.



Nota 28. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que colem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que vem sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, consta nos prontuários individualizados dos empregados o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE - Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

Nota 29. Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações

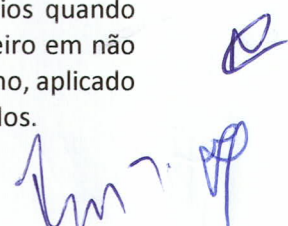
Desde o início da Pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paranaense, em especial aos tópicos abaixo elencados

Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações.

Desde o início da Pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paranaense, em especial aos tópicos abaixo elencados.

Colaboradores Diretos e Indiretos - Terceirizados

Os afastamentos, guardam rígidas avaliações e diante dos sintomas, por iniciais ou menores que sejam, são imediatamente colocados em disponibilidade para medidas pertinentes de avaliações médica e encaminhamentos para testes recomendados. Cabe ainda, tratamento adequado aos empregados com idade acima do estabelecido nos regimentos oficiais, assim como às possíveis comorbidades avaliadas e detectadas, são disponibilizados para home office/tele trabalho. Ocorre toda a disponibilização de meios de segurança hoje utilizados, como máscara, álcool em gel, medição constante de temperatura, distanciamento entre os funcionários quando presencial, dentre outras ações cabíveis. Vale destacar o esforço financeiro em não reduzir salários e ou retirar qualquer benefício dos empregados, assim como, aplicado os mesmos tratamentos de forma isonômica aos trabalhadores terceirizados.



Usuários das Unidades – Permissionários e Produtores Rurais

Cabe a estas classes os mesmos cuidados estabelecidos aos empregados da Sociedade, com acompanhamento nas unidades, pelas equipes de segurança que avaliam, fiscalizam e tomam as medidas pertinentes, além de acompanhamento médico ambulatorial que ocorre na maior unidade do Paraná. Segrega ainda, a ampliação dos contratos de mão de obra, com o fim especial de higienizações nas unidades. Alteração de horários foi outro instrumento utilizado para redução do trânsito de pessoas nos ambientes.

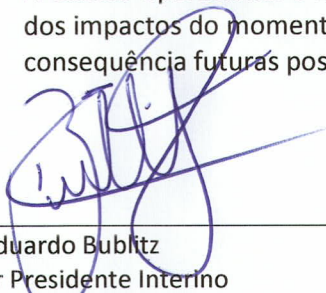
Front Financeiro - Social

A responsabilidade financeira e social da Sociedade, vem sendo acionada através dos mecanismos de gestão da Direção Executiva, propiciando aos permissionários e produtores rurais, condições de renegociação de compromissos, através de parcelamentos e postergação de compromissos, agregado a suspensão, no período da pandemia, de reajustes de valores praticados.

Parcerias com Instituições

Mantida hoje forte parceria com Instituições de Governo e Privadas, com o mesmo espírito de combate ao momento que vivemos, onde se destaca as Instituições ligadas a estrutura orgânica do Estado e em especial às vinculadas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Entidades de classe Privadas, Secretaria de Estado da Saúde, FUPEN – Fundo Penitenciário do Paraná com fim de ressocialização e disposição de mão de obra para auxílio ao combate a pandemia, 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, com divisão dentro da unidade de Curitiba, em conjunto com Sistema privado de monitoramento de imagens e emissão de mensagens de voz orientando os transeuntes, dentre outras que vem colaborando diretamente ao combate ao Covid-19.

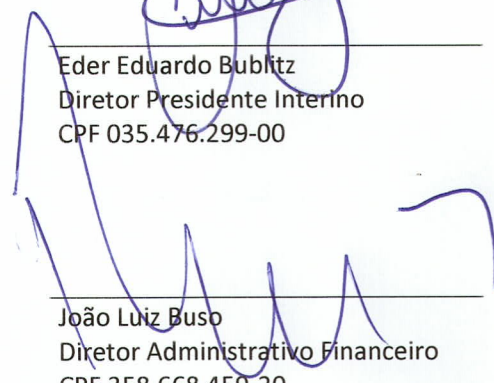
A Gestão operacional e financeira, opera com vistas a manter avaliações constantes dos impactos do momento que vivemos, traduzindo em ações, que gerem a menores consequência futuras possíveis ao negócio e objeto da companhia.



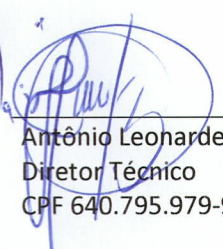
Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente Interino
CPF 035.476.299-00



Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20



João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20



Antônio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91

João Ataíde da Costa
Contador
CRC-PR 20190/O6
CPF 076.961.619-00